

Trabalhadores acham a medida paliativa

ANGULAR

Da Sucursal

São Paulo — Uma medida “paliativa” para os sindicalistas, “necessária”, no entender do governador eleito Orestes Quérzia, ou a “única saída possível”, para empresários e economistas, a moratória técnica repercutiu amplamente em São Paulo.

“Diante de uma crise interna sufocante, o Governo procura mais uma medida paliativa que não passa de uma renegociação da dívida”, desabafou o diretor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos-Sócio Econômico (Dieese), e presidente do sindicato dos Marceneiros, Joel Alves de Oliveira.

Para Oliveira, não se deve estabelecer uma moratória, pois, na sua opinião, essa medida não atende às necessidades da Nação. “Somos pelo não pagamento da dívida”. Também o presidente da CUT nacional, Jair Meneguelli, classifica a medida de “causística no sentido de prolongar o estouro da panela. Não percebemos nenhuma decisão por parte do Governo em estabelecer uma política econômica para o País”, disse ele.

O presidente da CUT estatal e diretor do sindicato dos Químicos, Jorge Coelho, acha que “essa medida não aponta para um enfrentamento de uma mudança em relação à dívida”. Ele classifica a solução tomada pelo Governo como “um remendo do problema que foi causado pelo Cruzado”. Segundo a opinião do líder sindical, o Plano Cruzado foi responsável pela queda das reservas cambiais.

Apesar de a CUT defender o não pagamento da dívida, Coelho faz uma ressalva: “Antes de tomar essa medida do não pagamento, o Governo teria que organizar uma política interna capaz de garantir matéria-prima suficiente, produtos de primeiras necessidades, etc. O Governo precisa se aproveitar desse momento e discutir um plano para enfrentar a dívida e não voltar ao FMI”.

Também para o tesoureiro-geral do sindica-



Quérzia: reserva

to dos Metroviários de São Paulo, José Carlos de Souza, ligado à Central Geral dos Trabalhadores (CGT), “essa medida é paliativa e não arrojada. Está muito longe de ser o que o movimento sindical defende”, disse. Mesmo assim, ele entende que, apesar de paliativa, essa decisão tomada pelo Governo foi devido à “pressão dos trabalhadores. Temos que continuar pressionando para que o Governo tome medidas mais concretas em relação à dívida”, acrescentou.

EMPRÉSTIMO-PONTE

Para o economista Celso Martone, professor da Universidade de São Paulo, “a moratória unilateral será um desastre para o País”. Ele se preocupa principalmente com as eventuais repercussões políticas das consequências desse ato: “Nosso sistema político não é robusto o suficiente para resistir a um impacto dessa natureza”.

Martone diz que o Brasil já está, de fato, centralizando o câmbio, com o controle sobre importações e exportações exercido pela Cacex: “O que é preciso fazer agora é um esquema formal, com regras explícitas”. A próxima etapa deverá ser a tentativa de obtenção de um empréstimo-ponte nos Estados Unidos, como os que foram conseguidos na crise cambial de fins de 82. “Era o que o Bracher queria”, diz Martone.

A decisão de não ir ao FMI pode ser contornada, segundo a opinião de Martone: “O Banco Mundial é tão confiável para o credor estrangeiro quanto o FMI. E as missões do Banco Mundial conhecem a eco-

nomia brasileira até melhor do que nós”.

Martone fez essas observações em almoço da Câmara de Comércio Brasil-Canadá, cujo presidente, Paul J. Cotter, ressaltando que falava em seu nome pessoal, disse que está acontecendo com a dívida brasileira “mais ou menos o inevitável. É como uma pessoa ter um empréstimo bancário e perder o emprego. Chega uma hora em que é preciso pedir prazo ao gerente do banco”.

Apesar de tudo, mantém-se otimista: “Acho que há uma certa tendência em se procurar crises”. Nem mesmo a centralização do câmbio o assusta: “Talvez com outro nome, vamos ter isto. É natural que, nas circunstâncias, se tenha que determinar prioridades para os pagamentos”.

É a mesma posição de Flávio Telles Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira: “Para qualquer observador da balança de comércio brasileira, as contingências de outubro, a queda do saldo mensal levava a uma erosão das reservas e a uma situação em que o Governo deveria tomar alguma providência antes que as reservas chegassem à exaustão”.

Menezes propõe “uma política de diálogo, para encontrar uma solução que interesse a ambas as partes”. Como Walter Saccá, do Departamento de Economia da Fiesp, diz: “É inevitável uma solução negociada para o problema. Uma moratória consentida, nunca unilateral”.

O governador eleito Orestes Quérzia disse que não é a favor da moratória, mas entende que se o presidente José Sarney a considerar necessária, tendo em vista a queda das reservas cambiais, deve utilizá-la. “Nenhum governo deve abrir mão de uma medida como essa. A moratória só seria utilizada para evitar recessão no País. Mas isso é mais especulação da imprensa, porque o presidente ainda não afirmou que recorrerá à moratória”.

Na última conversa que teve em Brasília com Sarney, Quérzia disse ter sido informado apenas da intenção do Governo em aguardar o refluxo dos preços.